

Guiné-Bissau: o enésimo episódio da enésima crise

Paulo Gorjão

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

“Não há maior sinal de loucura do que fazer uma coisa repetidamente e esperar a cada vez um resultado diferente”. Lembrei-me desta frase, muitas vezes atribuída—aparentemente de forma abusiva—a Albert Einstein, a propósito dos mais recentes acontecimentos na Guiné-Bissau.

De forma algo surpreendente, o Presidente da República, José Mário Vaz, voltou a nomear Baciro Djá para o cargo de primeiro-ministro.¹ Baciro Djá havia sido escolhido pelo Presidente exactamente para a mesma função a 20 de Agosto de 2015, mas acabaria por apresentar a demissão a 9 de Setembro, depois de o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) da Guiné-Bissau ter considerado a sua nomeação como inconstitucional.

Oito meses depois, terá a solução política que fracassou em 2015 hipóteses de êxito em 2016? O que mudou entretanto?

Começemos pela última questão. De modo a justificar e legitimar a sua decisão, José Mário Vaz afirma que, nesta altura (e ao contrário de 2015), o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que

venceu as eleições legislativas de Abril de 2014, deixou de ter a maioria absoluta na Assembleia Nacional Popular.² A decisão, está implícito na argumentação do Presidente, desta vez não será inconstitucional.

Recorde-se que, nestes oito meses, um grupo de 15 deputados do PAIGC, em que se inclui Baciro Djá, se afastou do partido e se juntou à maior força política na oposição, i.e. ao Partido da Renovação Social (PRS), criando por esta via um imbróglgio de natureza política e jurídica cujo desfecho permanece ainda incerto.

Assim sendo, nas actuais circunstâncias não é de todo seguro que Baciro Djá venha a ter mais sucesso do que o primeiro-ministro Carlos Correia, recentemente demitido por José Mário Vaz com o argumento de que o seu Governo, empossado há mais de sete meses, foi incapaz de “entrar em plenitude de funções”.³

² Nas eleições legislativas de 2014, o PAIGC obteve a maioria absoluta com 57 deputados em 102 possíveis. O PRS garantiu 41 deputados, o Partido da Convergência Democrática assegurou dois, o Partido da Nova Democracia garantiu um e a União para a Mudança também alcançou um.

³ “Decreto presidencial demite governo da Guiné-Bissau” (*Lusa*, 12 de Maio de 2016).

¹ “PR da Guiné-Bissau volta a nomear Baciro Djá como primeiro-ministro” (*Lusa*, 26 de Maio de 2016).

Baciro Djá até poderá reunir o apoio parlamentar de que necessita, mas no actual contexto conseguirá garantir que o seu Governo entra em plenitude de funções? Será que vai conseguir fazer aprovar o seu programa de Governo no Parlamento?

Em suma, de facto houve algumas mudanças políticas relevantes entre Agosto/Setembro de 2015 e Maio de 2016. Infelizmente, tratou-se de alterações de natureza negativa, i.e. que agravaram a crise institucional (Presidente vs. PAIGC), política (PAIGC vs. PRS) e partidária (intra-PAIGC).

Tal, por sua vez, conduz-nos à primeira questão: nada do que ocorreu entre 2015 e 2016 permite antecipar que, nas actuais circunstâncias, estejam reunidas as condições mínimas para a estabilização da Guiné-Bissau. Dito de outro modo, a solução política que fracassou em 2015 também não terá qualquer hipótese de êxito em 2016.

Antes de se demitir em Junho de 2015, Baciro Djá foi ministro da Presidência do Conselho de Ministros do Governo liderado por Domingos Simões Pereira. Por razões óbvias, a sua relação com o líder do PAIGC não augura nada de bom. Aliás, não será uma surpresa para ninguém que a sua escolha tenha sido feita pelo Presidente da República contra a vontade do PAIGC e que o partido de imediato tenha ameaçado não reconhecer o novo Governo. Significa isto que,

inevitavelmente, se avizinha um novo braço de ferro entre o PAIGC e José Mário Vaz. Por outras palavras, se esta decisão prevalecer, assistiremos à renovação do impasse e à continuação da crise política que se arrasta desde 2015.

Como já referi anteriormente, por diversas vezes, a crise política instalada na Guiné-Bissau não se começará a resolver sem que primeiro haja novas eleições legislativas.⁴ Tudo o que se fizer antes disso implica o adiamento de uma solução política duradoura e um risco acrescido de um novo golpe de Estado.

O Presidente da República alega que a Guiné-Bissau não dispõe, de momento, de condições financeiras para realizar novas eleições legislativas. Talvez fosse oportuno que a comunidade internacional clarificasse este ponto e, uma vez mais, de forma generosa, garantisse a verba financeira necessária para o desbloqueio da crise política.

Afinal, será sempre um custo menor se comparado com o agravamento da situação política, económica e social, ou não?

⁴ Ver Paulo Gorjão: [1] "Eleições são a única saída para a crise na Guiné-Bissau, diz analista" (*IPRIS Comentário*, No. 44, 21 de Abril de 2016); [2] "Guiné-Bissau: o impasse continua" (*IPRIS Comentário*, No. 53, 12 de Maio de 2016); e, [3] ""Receio que a situação possa piorar na Guiné-Bissau", diz analista" (*IPRIS Comentário*, No. 54, 13 de Maio de 2016).